

INFO LEZÍRIA DO TEJO

Revista da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo

Almeirim | Alpiarça | Azambuja | Benavente | Cartaxo | Chamusca | Coruche | Golegã | Rio Maior | Salvaterra de Magos | Santarém



Ribatejo Digital
Projecto piloto para o país



Descentralização >> Revolução Tranquila

Entrevista ao Secretário de Estado da
Administração Local | Miguel Relvas

INFOLEZÍRIA DOTEJO

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA LEZÍRIA DO
TEJO

ANO | 4

SÉRIE I | Nº 7

DATA | DEZEMBRO 2002

DIRECTOR | JOSÉ JOAQUIM GAMEIRO DE SOUSA
GOMES

PROPRIEDADE | AMLT

COORDENAÇÃO | ANTÓNIO TORRES

DESIGNER | NUNO HORTA - NEXIDESIGN

EDIÇÃO | CLARA LOPES

FOTOGRAFIA | AMLT

COLABORAÇÃO | ANA GARCIA | CARLA FONSECA |
JORGE BATISTA | MAFALDA SANTOS | MIGUEL
CARRINHO | MIGUEL RODRIGUES | NATASHA OLIVEIRA
| RUI MANHOSO

IMPRESSÃO E ACABAMENTO | GRÁFICA GARRIDO

DEPÓSITO LEGAL | 124643/98

TIRAGEM | 5000 ex.

PUBLICAÇÃO | TRIMESTRAL

AGRADECIMENTOS | CÂMARAS MUNICIPAIS DA LEZÍRIA
DOTEJO



- 04 EDITORIAL
- 05 DESTAQUE | RIBATEJO DIGITAL - PROJECTO PIONEIRO NO PAÍS
- 10 ENTREVISTA AO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - MIGUEL RELVAS
- 16 MEMÓRIAS | AVIEIROS DO TEJO
- 20 ENTREVISTA | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA - JOAQUIM ROSA DO CÉU
- 25 MODOS DE VIDA | OUTRAS ARTES DO TOUREIO
- 30 MUNICÍPIOS | BREVES
- 34 TEMPOS LIVRES | AGENDA



Para o período de 2000 a 2002, a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo assinou, em Janeiro de 2001, um Contrato Programa, para proceder à gestão do Eixo 1 do PORLVT, no valor de quase quarenta e um milhões de Euros de FEDER.

Dada a boa gestão técnica, administrativa e financeira do Contrato (taxa de aprovação de cem por cento em Julho de 2002 e, aproximadamente, oitenta por cento de execução em Outubro do mesmo ano), no próximo dia 10 de Dezembro de 2002, o Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento

do Território e Ambiente desloca-se à sede da AMLT para assinar novo Contrato, relativo ao período de 2003-2006, no valor aproximado de dezassete milhões de Euros de FEDER.

Constata-se, assim, que a verba atribuída para 2003-2006 é substancialmente inferior à do triénio 2000-2002. Este facto acontece dado a Lezíria do Tejo pertencer à Região de Lisboa e Vale do Tejo, a qual se encontra em phasing-out em virtude dos elevados índices apresentados pela Área Metropolitana de Lisboa.

Sabendo nós que a Lezíria do Tejo, aquando das negociações do QCA III se encontrava na mesma situação que outras regiões do País (Norte, Centro, Alentejo e Algarve) em termos de PIB per capita, e sabendo nós que essas mesmas regiões tiveram aumentos percentuais, relativos ao QCA II, muito superiores aos da Lezíria, os órgãos da AMLT consideram de toda a justiça, quer em termos nacionais, quer no seio da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que durante a vigência do actual Quadro Comunitário de Apoio haja um significativo reforço de verbas.

Continuaremos a trabalhar com vista a alcançar este objectivo, não só para dar resposta às necessidades ainda existentes na Sub-Região, mas também para continuar na senda do progresso, melhorando a qualidade de vida da população que aqui vive.

O Presidente da AMLT

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Joaquim Gameiro de Sousa Gomes'. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes

Ribatejo Digital | Projecto Pioneiro no País

Ligue o computador. Agora imagine que consegue aceder a todo o tipo de informações e serviços da Lezíria do Tejo através de um clique. É assim o Ribatejo Digital, um projecto pioneiro a nível nacional, cujo objectivo é colocar as tecnologias de informação e comunicação ao serviço do desenvolvimento económico e social da Lezíria do Tejo, procurando assim melhorar a qualidade de vida das populações.

O Ribatejo Digital foi apresentado no passado dia 17 de Setembro, com a presença do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, José Luís Arnaut, que se congratulou com o Projecto, por seguir os modelos de descentralização defendidos pelo Governo. Segundo o Ministro Adjunto, com a implementação de iniciativas como o Ribatejo Digital “conseguiremos obter importantes resultados no que toca à aproximação dos cidadãos à Administração Pública Local e Central e, sobretudo, ao desenvolvimento das autarquias”.

O Ribatejo Digital engloba diferentes áreas de intervenção, onde estão envolvidas as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da Lezíria do Tejo, a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, a NERSANT, a Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, o Centro Distrital da Solidariedade e Segurança Social de Santarém, a Região de Turismo do Ribatejo e a Administração Regional de Saúde de Santarém.



Internet em todas as Freguesias

Na primeira grande área de intervenção pretende-se criar uma rede pública de acesso gratuito à Internet, de forma a combater a infoexclusão. Este combate será posto em prática com a criação de uma rede de postos de acesso gratuito à Internet em todas as Juntas de Freguesia e de oito novos espaços Internet - em Alcanede, Amiais de Baixo, Pernes e Vale de Santarém (Santarém), Fazendas de Almeirim (Almeirim), Azinhaga (Golegã), Samora Correia (Benavente) e Couço (Coruche). O primeiro espaço Internet foi já inaugurado, no passado dia 21 de Novembro, nas Fazendas de Almeirim.



Administração Local e Central ao serviço dos cidadãos

Outro objectivo do Projecto Ribatejo Digital é aproximar a administração local dos cidadãos. Vão ser criados e melhorados os sites dos municípios da Lezíria e, daqui a cerca de três anos, através desses sites, os cidadãos terão acesso a vários serviços, como o pagamento de contas de água ou de licenças, pedidos de licenciamento de obras, consultas de processos, requerimentos on-line e comunicação de avarias. Dentro em breve, será também possível aceder a todo o tipo de informação geográfica. Uma das páginas disponibiliza um roteiro através do qual o munícipe poderá, de forma simples, pesquisar geograficamente uma morada ou uma actividade económica, como por exemplo a localização de uma farmácia.

Noutra página é possível emitir plantas associadas ao cadastro rústico, nomeadamente de enquadramento, de localização, do PDM e em especial de pedidos de viabilidade - um projecto pioneiro na Internet portuguesa. Actualmente, já se encontram em estado funcional, embora ainda não disponíveis, páginas de consulta para o concelho da Golegã (ver exemplos abaixo).



A administração central está também envolvida no Projecto Ribatejo Digital, tendo sido efectuadas parcerias com a Direcção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste, Centro Distrital da Solidariedade e Segurança Social de Santarém e Administração Regional de Saúde.

Em termos agrícolas, alguns serviços a disponibilizar on-line são, entre outros, projectos de electrificação e regadio, licenças para criação e detenção de caça, emissão de licenças de caça e pesca, requisição de árvores florestais e subsídios correntes aos agricultores. Na área da Solidariedade e Segurança Social, serão fornecidas informações sobre o sistema de solidariedade e segurança social, bem como formulários e declarações. No que toca aos serviços de saúde, pretende-se tornar possível a marcação de consultas nos centros de saúde da Lezíria do Tejo, através da Internet.

Empresas da região com serviços on-line

Esta área de intervenção, que tem a participação da NERSANT, pretende desenvolver condições que permitam às empresas participantes - cerca de setecentas - divulgar, no portal empresarial da região, os seus serviços e produtos e implementar serviços de comércio electrónico.

Agenda cultural da Lezíria à disposição na Internet

Neste âmbito, o objectivo é disponibilizar on-line informações sobre gastronomia, rotas turísticas, locais para pernoitar, actividades de lazer e património a visitar. Através de uma parceria com a Região de Turismo do Ribatejo serão ainda divulgadas a Rota do Património, Rota da Natureza e Ambiente, Rota do Azulejo, Rota do Cavalo, Roteiro Mariano e a Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo. Será também criada uma Agenda Cultural da Lezíria do Tejo, para a divulgação de eventos a realizar nos municípios.

Este vasto conjunto de informações e serviços vai estar, em breve, à disposição de todos no portal regional do Ribatejo Digital.

RIBATEJO DIGITAL PROJECTO PILOTO PARA O PAÍS

O Projecto Ribatejo Digital vai ser projecto piloto para todo o país. O convite nesse sentido foi feito pelo POSI, Programa Operacional da Sociedade de Informação, à Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, para que o Ribatejo Digital possa vir a ser reproduzido no resto do país.

O Gestor do POSI, Jaime Quesado, considera que o Ribatejo Digital é uma referência de trabalho a seguir, já que "está muito bem montado e pode ser um instrumento de competitividade territorial única para a região da Lezíria do Tejo".

O convite foi feito a pensar no Projecto "Portugal Digital", que o POSI pretende implementar em todo o país, incluindo Açores e Madeira, a partir de Janeiro próximo. O objectivo é que o "Portugal Digital" implemente, ao longo do território nacional, plataformas digitais de inovação regional, pondo em



prática o chamado governo electrónico local, cuja finalidade é aproximar a Administração Pública Local e Central. Actualmente, cada câmara apresenta uma candidatura individual às cidades digitais, o que não promove uma visão global do território e tem custos muito elevados. Com o "Portugal Digital", o POSI pretende promover parcerias entre municípios, de forma a standardizar o tipo de serviços a oferecer e a agrupar as competências, o que irá também minimizar os custos para todos. De acordo com o Gestor do POSI, "a ideia é que a implementação do Ribatejo Digital, que está a começar, sirva um pouco de teste de pilotagem para aquilo que deve ser um projecto ideal, que nós queremos montar no resto do país".

Em termos práticos, o POSI irá agora testar no terreno a fase inicial de implementação do Projecto Ribatejo Digital, de forma a que os resultados que se vão conseguindo permitam conhecer qual a melhor metodologia a desenvolver em projectos futuros.



Jaime Quesado | Gestor do POSI

RIBATEJO DIGITAL - PARCERIAS INTERNACIONAIS

A Associação de Municípios da Lezíria do Tejo foi convidada pelo Instituto Internacional de Governabilidade de Catalunha (IIGC), a colaborar com esta Instituição no Projecto GENTE. Trata-se de um projecto idêntico ao Ribatejo Digital, que será implementado em Asunción (Paraguai) e Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). Para além da AMLT, estão envolvidas nesta iniciativa entidades da Bolívia, Paraguai, Itália, Suécia e Espanha.

De realçar o facto de o convite endereçado à AMLT se dever à valia do Projecto Ribatejo Digital que, à semelhança do Projecto GENTE, tem como grandes objectivos colocar as tecnologias de informação e comunicação ao serviço do desenvolvimento económico e social e da melhoria da qualidade de vida das populações.

O papel da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo no projecto GENTE estará mais voltado para Santa Cruz de la Sierra, região com uma realidade geográfica e social idêntica à Lezíria do Tejo. A experiência e o know-how adquiridos com o Ribatejo Digital serão determinantes na implementação do Projecto, uma vez que irá haver uma participação directa de várias pessoas da AMLT. Essa participação terá duas vertentes: uma, mais estratégica, constituída por várias conferências e seminários, a fim de se fazer o planeamento e análise da realidade local; outra, que envolverá missões no terreno, com o objectivo de por em prática o definido na primeira fase.

Os portais que estão a ser desenvolvidos para a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo estão também a despertar o interesse do IIGC, havendo inclusivamente a possibilidade de estes virem a ser adquiridos (com as necessárias adaptações), no âmbito do projecto GENTE.





Maior eficácia e menores gastos. É o que trará ao país o processo de Descentralização levado a cabo pelo Governo, segundo o Secretário de Estado da Administração Local.

Em entrevista à “Info Lezíria do Tejo”, Miguel Relvas diz acreditar que a Descentralização será a solução para a Administração Pública Portuguesa, porque vai aproximá-la dos cidadãos.

Quanto à decisão de desagregar a Lezíria do Tejo da Comissão de Coordenação de Região de Lisboa e Vale do Tejo, o Secretário de Estado considera que foi a melhor opção, para que a região continue a ter acesso aos fundos comunitários.

Como é que a descentralização irá criar condições para aproximar o poder dos cidadãos?

Estamos num Estado que é o mais centralizado da Europa, embora existam condições para o inverso. O Governo tinha por isso um desafio pela frente, porque acredita que a descentralização é a solução para a Administração Pública Portuguesa, num conceito muito simples, que é aproximar as decisões dos cidadãos. Como disse o Primeiro Ministro, as boas revoluções são revoluções tranquilas. São aquelas que são feitas por transição, por acordo, com bom senso e encontrando as soluções adequadas para os problemas concretos com que somos confrontados no dia a dia. Eu acredito que nos próximos três a quatro anos possamos vir a ter uma verdadeira revolução em matéria de transferência de competências e de meios. Penso que é um processo histórico imparável.

Há quem receie que esta política de descentralização transfira mais burocracias para as autarquias, em vez de transferir competências e poderes.

A descentralização, se é uma necessidade positiva que vai combater as assimetrias que existem entre o interior e o litoral, entre os mais e menos desenvolvidos, não podia ser feita contra os municípios. O processo não podia ser desencadeado, sem que os 308 municípios assumissem as novas competências e os novos meios que estavam previstos no Programa do Governo. Foi o que aconteceu. Nós não queremos passar competências para os municípios, para que o cidadão tenha

mais dificuldades. A descentralização tem de ser vista como um processo que gera maior eficácia e menores gastos, criando condições para que as autarquias, com novas atribuições e novas competências, possam ter capacidade de resposta para os problemas com que são confrontadas.

A nova lei que regula a criação, estrutura e o financiamento das Áreas Metropolitanas irá abranger cerca de 100 a 110 municípios. Como está a decorrer o processo dos restantes 208?

Neste caso, o nosso objectivo é criar as Comunidades Intermunicipais, que terão atribuições idênticas às Comunidades Urbanas e Áreas Metropolitanas, com pequenas nuances. Por exemplo, um município que pertença à Comunidade Urbana da Lezíria, não poderá pertencer à Comunidade Intermunicipal do Oeste. O Município terá de definir em que lado está. Não é o Governo que impõe essas opções, o que é uma vantagem. As opções são tomadas por vontade dos próprios municípios.

Acima de tudo, o Governo pretende que as cidades de menor dimensão sejam dotadas dos mesmos instrumentos que as cidades médias, permitindo condições de igualdade. Em última instância pretendemos que, dentro de dois a três anos, e aí sim numa transferência mais significativa de competências e meios para as Câmaras, o governo possa trabalhar, não com 308 municípios separadamente, mas com duas ou três áreas metropolitanas, dez a doze comunidades urbanas e vinte a vinte e cinco Associações de

Municípios, que poderão vir a ser Comunidades Intermunicipais.

Ainda no que toca ao pacote de descentralização, o município, só por si, tem uma dimensão insuficiente e a Administração Central está longe do cidadão. É reconhecida pelo Governo a necessidade de criar um nível intermédio entre a Administração Central e os Municípios.

Para mim, o processo de transferência de competências tem de ser visto em dois sentidos. Nós não podemos olhar apenas para as competências que são transferidas da Administração Central para as Câmaras. Também algumas competências que estão nas Câmaras devem ser transferidas para um patamar intermédio. Penso que a primeira Comunidade Urbana que venha a por em prática esse patamar intermédio, vai ter saldos qualitativos no seu desenvolvimento e grandes benefícios em termos orçamentais. Quando existir uma Comunidade Urbana que concessione os transportes escolares, assuma a programação cultural, faça a gestão dos equipamentos existentes, etc, penso que começamos a caminhar para um país mais moderno. Se, por exemplo, a Comunidade Urbana da Lezíria, quiser ser mais dinâmica e pretender negociar com a Administração Central a transferência de mais competências do que a Comunidade Urbana do Médio Tejo, pode fazê-lo. Esse é desde logo, para nós, um princípio sagrado. O dinamismo de uma região não pode ser limitado, porque outra região não o

quis fazer.

Com este processo, o Governo não fez mais do que abrir uma janela de oportunidades ao país. Este é o caminho. Essa certeza temos. Agora vamos ver quem vai dar passos mais largos.

As actuais Áreas Metropolitanas já tinham algumas atribuições que foram transpostas para a nova lei, mas até agora não se viram resultados muito visíveis na concretização dessas atribuições. Não se poderá passar o mesmo futuramente?

No que toca às Áreas Metropolitanas, elas foram criadas pela Assembleia da República. Nasceram por vontade política de determinado Governo. Na lei estavam as atribuições, mas não estava a definição das competências.

Temos de romper com esta tradição, que é a do país estar dependente das duas grandes Áreas Metropolitanas. Em termos de desenvolvimento, o país não pode depender daquelas que são as vontades dos grandes centros populacionais, que estão todos eles situados a litoral, com uma grande fatia de receitas próprias, em detrimento de outros municípios que não têm essa mesma realidade. O Governo assumiu desde o início que queria olhar para o interior do país com outros olhos. Queria um país mais equilibrado.

Eu acredito que, com esta nova lei, vai funcionar uma certa disputa entre áreas territoriais. E estou convencido que as Comunidades Urbanas do interior do país vão ser as grandes impulsionadoras e a grande referência para as Áreas Metropolitanas.

Como vai ser efectuado o processo de democratização das Comissões de Coordenação Regional (CCR)?

Até ao fim do ano sairá um Decreto-lei que integra as Direcções Regionais de Ambiente e Ordenamento do Território nas Comissões de Coordenação Regional. Também até ao fim do ano acredito que teremos presidentes das CCR escolhidos pelo Conselho Regional. Nessa altura a democratização das CCR será uma realidade.

Em termos de fundos comunitários, como está a decorrer a proposta de alteração das NUTS em Bruxelas?

Bruxelas aprovou a nossa proposta, embora chegue seis anos atrasada. A verdade é que o anterior Governo, sem capacidade para tomar decisões, prejudicou claramente as regiões da Lezíria, Médio Tejo e Oeste. Nós gostaríamos que tivesse sido possível construir outras soluções, como uma nova Comissão de Coordenação Regional, mas a verdade dos números é que uma nova CCR manter-nos-ia no Objectivo 1 e nada resolveria. Se a decisão que tomámos agora tivesse sido tomada há seis anos atrás, teria sido possível criar uma nova CCR.

A nossa solução, tomada em três meses, foi uma forma de tentar encontrar as condições para que a Lezíria, Médio Tejo e Oeste pudessem continuar a ter acesso aos fundos comunitários, podendo assim prosseguir com os investimentos e continuar no caminho do desenvolvimento.

Durante seis anos não andámos para a frente com a velocidade que poderíamos ter andado. Vamos ter de

recuperar nos próximos anos.

Tendo em conta que nos próximos quatro a cinco anos os dinheiros comunitários vão diminuir, o que significa que algumas Câmaras vão praticamente parar relativamente a este assunto, poderá haver algum reforço de fundos que minimize este impacto?

Eu penso que, com a criação das Comunidades Urbanas, o processo vai ser resolvido, porque com novas competências virão novos meios. Quanto à transferência de verbas de outros programas, é uma avaliação que vai ter de ser feita.

No que diz respeito às Freguesias, como é que o Governo pretende fazer a transferência de competências neste caso?

Eu assumi, em nome do Governo, que não vão ser transferidas competências para as Freguesias. O Governo transfere competências para as Câmaras Municipais. O município é constituído pela Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Freguesias. Portanto, as Freguesias não são um novo município. O que temos de fazer é normalizar a delegação de competências das Câmaras Municipais nas Juntas de Freguesia, porque temos de ter em atenção que numa parte significativa do território nacional, as Juntas têm algumas



dificuldades em poder absorver novas competências. Começamos a fazer esse grande esforço, onde vamos gastar cerca de quatro milhões de contos nos próximos dois anos, na modernização administrativa das autarquias. É um processo de normalização de delegação de competências, que aliás já existe nalguns concelhos do país.

Os Presidentes de Junta reivindicam a não subalternização às câmaras e a dignificação do estatuto do eleito local.

Eu dou razão a essa reivindicação, mas considero que temos de analisá-la

com cuidado. As boas reformas são feitas com alguma tranquilidade, degrau a degrau. Se tomarmos as medidas de forma muito acelerada, as

autarquias e as juntas não têm capacidade para dar resposta a essas novas questões com que são confrontadas. Este é um processo que tem de exigir muito do sentido de responsabilidade de todas as partes.

Relativamente ao Programa FORAL, Programa de Formação para as Autarquias Locais, está a cumprir os objectivos pretendidos?

O Governo vai realizar uma grande campanha de promoção do FORAL, coordenada pela CCR de Lisboa e Vale do Tejo. Esta campanha tem como objectivo, por um lado, sensibilizar os

autarcas para a importância do investimento nos recursos humanos e, por outro, sensibilizar os funcionários autárquicos para a sua valorização pessoal, apostando em boa formação. Com os quarenta e seis milhões de contos que estão disponíveis no FORAL, o Governo pretende dotar o país de uma malha nacional para a formação. Estamos a sensibilizar as instituições de ensino, associações empresariais e outro tipo de instituições, como a DECO ou o CENJOR, para participarem activamente na formação dos funcionários autárquicos. Gostaria que, no próximo ano, este processo fosse implementado e tivesse uma boa cobertura nacional.

Ainda no que toca ao FORAL, penso que as Associações de Municípios podem continuar ligadas à formação, mas têm muitas outras áreas para intervir. Por exemplo, se os Politécnicos de Abrantes, Tomar e Santarém começarem a trabalhar no Programa FORAL, não é necessário que as Associações de Municípios da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo estejam a fazê-lo.

No que toca à participação da formação, o que irá acontecer quando esta deixar de ser a cem por cento?

Penso que, mesmo quando os fundos para a formação diminuírem, o investimento nos recursos humanos é um objectivo nacional. Já hoje, as Câmaras Municipais, do seu próprio orçamento, deveriam valorizar mais o investimento nos recursos humanos. Um país pobre, sem matérias primas, só tem um valor acrescentado para poder lutar de igual para igual com os outros

países, que é a massa cinzenta e a capacidade dos seus cidadãos. Os próprios autarcas têm de dar um sinal de que é importante a aposta na formação. Penso que hoje, com a nova geração de autarcas, é mais fácil fazer este caminho do que era no passado.

Relativamente à formação no local de trabalho, esta seria importante, nomeadamente na área do POCAL.

Nos modelos hoje definidos pedagogicamente, não é esse o caminho. Eu penso que as Câmaras Municipais, na área da contabilidade, vão ter no futuro um maior recurso à prestação de serviços. Isto leva também a que as contas de uma Câmara não tenham de ser fechadas. O POCAL estará implementado definitivamente em Janeiro de 2003. Vai ser um instrumento fundamental na gestão, na transparência e na execução das contas municipais. A transparência nas contas públicas deve ser uma realidade, porque é também uma forma de credibilizarmos quem está no Governo e no poder local, junto dos cidadãos.

O Ministro das Obras Públicas, Valente de Oliveira, quando era Ministro do Planeamento, afirmou que um escudo gasto pelas autarquias equivalia a três escudos gastos pelo Estado. Também é da mesma opinião?

Não tenho dúvidas disso. Acho que não só se gasta menos, mas também com mais alcance. Abrange-se mais pessoas. A Administração Pública Central é muito pesada e está muito distante dos problemas e das pessoas. Um membro do Governo é muitas vezes refém dos próprios serviços.



Estórias que abraçam o Tejo

“Incerto o pão na sua praia, só
certa a morte no mar que os
leva, eles partem.
Da Vieira-de-Leiria vêm ao
Ribatejo. Aqui labutam.
Alguns voltam ainda, roídos
das saudades do seu Mar.
Muitos ficam.
Avieiros lhes chamam na
Borda-de-Água.”

Alves Redol, *in* “Avieiros”



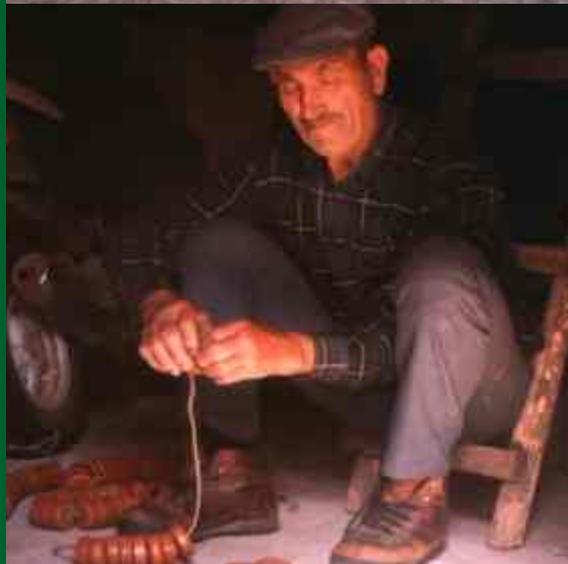
CANEIRAS

CANEIRAS

Ainda há quem trate por tu as águas do Tejo.

Basta percorrer a beira rio da Lezíria e encontram-se aqui e ali aldeias que contam a história dos que vieram do mar, em busca de uma vida melhor junto ao rio.

A história dos Avieiros, dizem os livros, terá começado há mais de cem anos. Homens e mulheres que deixaram Vieira de Leiria e se instalaram aqui, à procura de novas fainas. O rio de então atraiu os pescadores. Havia fartura. Sável, fataça, enguia, muitas qualidades de peixe. Vinham para cá no Inverno, porque na Vieira de Leiria a bravura do mar não permitia grandes aventuras na procura do ganha pão. Com o passar dos anos, muitos pescadores acabaram por ficar e deixaram de voltar à Vieira no Verão. Assim nasceram os Avieiros do Tejo, que foram povoando o rio.



ESCAROUPIM



A pesca era profissão de pais e filhos. Quase que viviam no barco. Pescavam de noite e vendiam de dia. Nas alturas em que o Tejo enchia, as aflições eram muitas. As casas multicores, construídas em cima de estacas, esperavam pela subida das águas e quando a cheia chegava, só se andava de barco para ir buscar comer.

A partir dos anos 50, o sável começou a desaparecer. As barragens e as fábricas fizeram com que o peixe procurasse rumo para outros rios. O pescador perdeu um pouco da sua riqueza, mas a terra ganhou um lavrador. A ausência de peixe levou muitos Avieiros a dedicarem-se à agricultura.

PATACÃO

PATACÃO



Hoje, estas aldeias, ou já estão desabitadas, ou já não abrigam só pescadores. Continuam, no entanto, a ter uma forte ligação com o rio. Ainda mantêm muitas das suas características originais, apesar da actividade da pesca no rio estar a desaparecer.

Ficaram as aldeias turísticas, a memória dos que fizeram esta história e os sabores da fataça na telha, do ensopado de enguias, da açorda de sável, enfim, os sabores do rio.

A memória da cultura avieira está espalhada por muitos lados. As Caneiras, em Santarém, o Escaroupim, em Salvaterra de Magos, o Patacão, em Alpiarça, e a Palhota, no Cartaxo, são exemplos vivos desta história.

Quando visitamos estes lugares é fácil reviver aqueles tempos e encontrar vestígios de tantas alegrias e tristezas, tantas cheias para contar, tantos ventos e marés. Lugares abraçados pelo Tejo, que vale a pena descobrir.



“Vagabundos do Tejo - tendo muitos o barco como lar e as estrelas como telhas.

Debruçados no rio uma vida inteira, a colher sonhos desfeitos - sem outro rumo na carta, sem mais horizontes nos olhos.

Pescadores sem tatuagens, marinheiros que não gingam a malandrar.

Balouçam os ombros porque o Tejo viu nascer muitos e os embala até à morte - sempre meninos. A única tatuagem que os marca, foi a vida que lha fez - uma sombra no rosto e um pesar no peito.

Ciganos do Tejo, de porto em porto, de vela em vela, singrando neste rio tão bom e tão traiçoeiro - tão traiçoeiro e tão bom que pelas suas margens só o conhecem por Mar.”

Alves Redol, *in* “Avieiros”

ALPIARÇA | vila de qualidade



Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça | Joaquim Rosa do Céu



“Alpiarça: Vila Tranquila, Vida de Qualidade”. É o slogan defendido pela autarquia, que assume como grandes apostas do concelho a promoção do sector vitivinícola e a intervenção nas áreas do turismo, lazer e cultura, tendo como fio condutor a Casa Museu dos Patudos.

Joaquim Rosa do Céu, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, fala da obra feita e dos projectos que pretende ver concretizados.

Que investimentos estão a ser realizados pela Câmara Municipal de Alpiarça, de forma a colocar em prática o slogan “Alpiarça: Vila Tranquila, Vida de Qualidade”?

Grande parte dos investimentos da chamada primeira geração estão praticamente concretizados. Neste momento, e decorrente do desafio do actual Quadro Comunitário de Apoio, é necessário implementar um conjunto de projectos estruturantes que qualifiquem as regiões. Nós estamos a introduzir esses aspectos qualificantes, com investimentos nas áreas do Turismo, Lazer e Cultura, que pretendem ser, por um lado, sinónimo da qualidade de vida que esta região tem para oferecer e, por outro, a alavanca para captar novos residentes e proporcionar aos residentes actuais apetência para se fixarem na região.

De que forma o Concelho de Alpiarça poderá beneficiar com a construção do futuro IC3?

O IC3 é determinante para o sul do distrito de Santarém. Aliás, todos os concelhos que se situam nesta região consideram incompreensível o atraso ou a ausência da concretização do IC3. Se hoje compararmos o sul do distrito de Santarém, por exemplo, com outras zonas do mesmo Distrito, é evidente que estamos altamente penalizados por esta ausência de investimentos da Administração Central. O IC3 é determinante para gerar factores de desenvolvimento. Aproxima-nos da A1 e de Lisboa e é, portanto, o caminho para que se criem factores acrescidos de apetência para a fixação de novas indústrias e novas pessoas.

“O IC3 é determinante para todo o sul do distrito de Santarém. Aproxima-nos da A1 e de Lisboa e é, portanto, o caminho para que se criem factores acrescidos de apetência para a fixação de novas indústrias e novas pessoas.”

Outro assunto que a autarquia destaca é a promoção da actividade económica no concelho, sendo o sector vitivinícola um dos sectores a que dá primazia. De que forma está a ser posta em prática esta promoção, bem como a instalação de novas empresas no concelho?

O sector vitivinícola continua a ser uma actividade predominante no concelho, tal como em toda a região da Lezíria do Tejo, tendo um peso preponderante na actividade económica. Prova dessa importância é a Feira do Vinho Engarrafado do Ribatejo, que Alpiarça realiza em parceria com a Comissão Vitivinícola Regional Ribatejana. Este é um investimento com muito significado para a Câmara Municipal de Alpiarça, uma vez que é dirigido à promoção e revitalização do sector.

Relativamente à captação de investimentos para o concelho, Alpiarça tem hoje uma zona industrial completamente delimitada e infraestruturada, com todas as condições para a instalação de empresas. Não estamos preocupados em procurar grandes empresas. Temos antes a preocupação de que os terrenos que temos à disposição dos industriais sejam preenchidos com actividades no domínio das pequenas e médias empresas. É esse o nosso objectivo e felizmente isso tem estado a acontecer.

Mais uma aposta clara da autarquia é o sector do Turismo.

Nós procuramos criar no concelho uma simbiose entre três vertentes turísticas: o turismo de lazer propriamente dito, ligado ao turismo cultural e ao turismo desportivo, sendo o centro de tudo isto a Casa Museu dos Patudos. Relativamente ao turismo de lazer, estamos a por em prática um projecto, juntamente com a Câmara Municipal de Almeirim, para a qualificação ambiental e aproveitamento turístico, numa fase subsequente, da Vala Real de Alpiarça, que tem uma ligação directa em termos palafíticos com a Casa Museu dos Patudos. A primeira fase do concurso para a valorização da Vala foi lançada pela Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e neste momento estamos à espera da adjudicação da obra. Noutra vertente, em frente à Casa Museu dos Patudos, desenvolve-se a Albufeira dos Patudos, onde já se iniciou o processo para a construção de miradouros sobre a barragem, um grande parque ambiental e equipamentos

>>>

desportivos, entre eles campos de ténis, polidesportivos e pistas de BMX e BTT. Na Albufeira será ainda criado um grande parque temático sobre o Cavalo do Sorraia, que é um animal em vias de extinção.

Ainda ligado ao turismo, não podemos esquecer a proximidade do Rio Tejo, onde pretendemos recuperar a aldeia palafítica do Patacão. Com este conjunto de equipamentos, que tem como centro a Casa Museu dos Patudos, a autarquia passará a oferecer percursos integrados para a ocupação dos grupos que nos visitam.

Em que fase está o projecto de conservação e reestruturação da Aldeia do Patacão?

A aldeia do Patacão é um sinal da incongruência na forma de actuar da Administração Central. A Câmara de Alpiarça tem pronto para concurso público o projecto de recuperação da aldeia palafítica do Patacão. No entanto, necessitamos de uma autorização da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT), que ainda não foi dada porque acrescentámos uma casa às pré-existentes, que seria um pequeno museu alusivo à história daquela aldeia. A DRAOT obriga-nos agora a fazer um plano de pormenor, mas sabemos que este plano deverá demorar um ano a ser concretizado. Por esse motivo ainda não começámos a obra. Por outro lado, esta mesma Direcção Regional do Ambiente, que não nos permitiu lançar o concurso público para a recuperação da aldeia, lançou para o Tejo mais uma série de locais para exploração de inertes, sendo a Praia do Patacão um desses locais. É evidente que embargámos a obra e enviámos à DRAOT uma exposição detalhada, com fotografias. Não permitiram construir uma aldeia palafítica com a valorização cultural que daí advém, mas permitiram a uma empresa de exploração de inertes colocar barreiras físicas em cimento numa praia fluvial, que é uma zona de reserva ecológica e uma zona de leito máximo de cheia.

Qual a sua opinião sobre a integração da Lezíria do Tejo na CCR do Alentejo?

Para uma região que tem sido penalizada pela situação do phasing out e que via com muita preocupação o terminar deste Quadro Comunitário e a ausência de instrumentos financeiros que permitissem a qualificação crescente da região, é evidente que vejo com

simpatia, em termos de pragmatismo, esta mudança para a região do Alentejo. Penso que é uma resolução que nos permite, com o alargamento da União Europeia, não ficarmos totalmente desprotegidos, como ficaríamos na situação que ainda hoje se mantém.

“Vejo com simpatia, em termos de pragmatismo, esta mudança para a região do Alentejo.”

Que projectos é que ainda necessitam de financiamento em Alpiarça?

Alpiarça precisa, no domínio das infraestruturas, realizar um investimento de um montante significativo, com a reformulação de toda a rede de abastecimento público em baixa. Para além disso, precisamos essencialmente que o Eixo 2, nomeadamente a componente do Valtejo, permita uma acção interpretativa do que são os projectos estruturantes ao longo do Rio Tejo. Ai, nós sentimos ainda algumas carências. Temos projectos para lançar, nomeadamente de ligação entre a realidade fluvial da Vala Real de Alpiarça e a realidade urbana, através de dois grandes parques que farão essa ligação lógica, qualificando também as entradas do concelho. São esses dois grandes projectos, para os quais ainda não temos abertura.

Tem defendido que deveria criar-se um fórum regional ou distrital, para pensar o distrito. Porquê essa necessidade?

As experiências das Associações de Municípios têm mostrado que é possível colocar o pensamento da região em primeiro lugar, porque se pensarmos regionalmente estamos também a valorizar cada um dos municípios. Penso que essa é a atitude decisiva nesta fase do Poder Local. O objectivo é pensarmos como é que a realidade municipal se pode integrar na valorização de uma região mais qualificada, em termos de oferta e de condições para a fixação nesta região. Para isso, penso que é necessário pensarmos a uma escala global, sem que isso signifique deixarmos de actuar localmente. Penso que neste momento os autarcas têm de actuar localmente, mas pensando globalmente.

>>>



Albufeira dos Patudos |



Casa Museu dos Patudos |



Vala Real de Alpiarça

Relativamente ao PIDDAC, Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, a maioria dos autarcas, a nível distrital, critica as verbas que o Governo prevê para o Distrito, para o próximo ano. Qual a sua opinião?

Este PIDDAC é de uma incongruência a toda a ordem. Penso que este PIDDAC vai fazer tombar o país para o Atlântico, porque a diferenciação entre o investimento no litoral e o investimento no interior é tão grande, que é desta que tombamos para o oceano e ficamos de molho. Não há atitudes correctivas em termos de assimetrias. No concelho de Alpiarça vejamos, por exemplo, o caso do Quartel da GNR. A Câmara Municipal comprou um terreno e ofereceu-o à Administração Central, para que se fizesse um Quartel da GNR. O processo de inclusão de verbas em PIDDAC para a realização de um projecto foi iniciado e, depois de ser lançado um concurso, a obra foi adjudicada. Quando a obra já estava adjudicada e quando o PIDDAC de 2002 já previa verbas para a sua execução, o PIDDAC para 2003 fez desaparecer o Quartel da GNR. Mais grave do que isto é que a GNR em Alpiarça ocupa instalações municipais, sendo também o município que as conserva, paga a luz e a água consumidas e das quais não recebe qualquer quantia de renda. É evidente que esta situação provoca em nós um sentimento de incompreensão e de descrédito relativamente ao funcionamento da Administração Central.

“Este PIDDAC vai fazer tombar o país para o Atlântico, porque a diferenciação entre o investimento no litoral e o investimento no interior é tão grande, que é desta que tombamos para o Oceano e ficamos de molho”.

Numa frase, o que diria a alguém que estivesse a ponderar residir em Alpiarça?

Hoje em dia, Alpiarça oferece condições, em termos de qualidade de vida, que são apreciadas. A um casal jovem diria para se fixarem em Alpiarça, porque têm um variado conjunto de ofertas, como casas de qualidade, educação pré-escolar, ocupação dos tempos livres, escolas de música, escolas de desporto, enfim, um conjunto de equipamentos para proporcionar aos jovens e às crianças uma vida feliz e saudável.

Outras Artes do Toureio





É um ritual milenar, com raízes na Grécia Antiga e na Roma Imperial, onde caçar gado selvagem evoluiu para um desporto. Mas foi em Espanha, na coroação do rei Afonso VIII, em 1133, que teve lugar a primeira corrida de touros. A popularidade do evento cresceu à medida que os nobres, cavaleiros e escudeiros começaram a utilizar as touradas como meio de demonstrar a sua força e coragem. Hoje, a tradição persiste. Ainda é o que era. Mas não vamos falar de touradas. Delas, muito se tem falado, goste-se ou não. Independentemente das preferências, será unânime a beleza imponente de um toiro, a graciosidade do cavalo lusitano, o encanto das vestes de um toureiro. Há rituais por detrás da lide. À arte de tourear aliam-se outras artes.



MANUEL MARQUES

Manuel Marques é alfaiate tradicional de toureiros. Nasceu no Biscainho, concelho de Coruche, há 69 anos e exerce a profissão há cerca de trinta. Contou-nos a história deste ofício, que remonta ao tempo de Luís XV. Foram esses tempos que inspiraram o corte da casaca usada pelos cavaleiros portugueses. Hoje há apenas vestígios da indumentária usada pela família real. O corte foi alterado com o passar dos tempos, sendo Rosado e Pires o homem que revolucionou esse corte. “Foi o primeiro alfaiate dos toureiros amadores, desde a família real”, conta Manuel Marques. Trabalhava na Rua Augusta, em Lisboa. Durante cerca de cinquenta anos exerceu o ofício, seguindo-lhe as pisadas Alberto Armindo. Por mais cinquenta anos, também na Rua Augusta. “Foi com este senhor que eu fui influenciado a fazer isto”, diz Manuel Marques, que no entanto optou por ficar pela terra natal, o Biscainho. “Como sou alfaiate por intuição, acabei por aproveitar a oportunidade, passei pela Academia de Alfaiates de Lisboa e dediquei-me a fazer as casacas e tudo quanto é da tauromaquia”.

Hoje, não é possível modificar-se o feitio da casaca de toureiro. O corte mantém-se desde Rosado e Pires. A casaca actual, segundo Manuel Marques, “tem um perfil completamente diferente do traje Luís XV. Com dois machos atrás, é mais cintada, com mais silhueta e, por conseguinte, é uma casaca mais perfeita”.

O corte é igual para todos os toureiros. Os clientes escolhem depois os tecidos, as cores e os bordados, que podem ser executados a ouro, a prata, à linha, a canutilho, a lantejoulas ou a missangas. As cores para as casacas são normalmente azuis, bordeaux, verdes ou castanhas. “Às vezes aparece quem queira uma cor mais clara, mas estão quase postas de parte. Há um ou outro cavaleiro que se sujeita e às vezes até fica engraçado”.

É um trabalho minucioso, que requer muito amor à arte. De acordo com Manuel Marques, “uma casaca, se for bordada à mão, pode demorar duzentas horas a ser confeccionada. A casaca bordada à máquina ou mista anda na ordem das cem, cento e poucas horas. Estamos somente a falar da casaca, porque não podemos esquecer que o fato de cavaleiro é também composto pelo colete, o calção, o tricórnio, a camisa e o arreo de cortesias. Tudo isto é também cá cortado, executado e bordado”. Manuel Marques é dos poucos alfaiates em Portugal que se dedica à área da





tauromaquia. Já trabalhou com todos os cavaleiros portugueses e faz inúmeros trajes para países estrangeiros, entre eles a Venezuela, México e Brasil. Para Espanha, pouco trabalha. “Os fatos dos bandarilheiros são feitos pelos espanhóis. O fato marialva e a casaca do cavaleiro em Portugal é tradição portuguesa. Os espanhóis não conseguem fazê-lo como nós fazemos. Por outro lado, ninguém consegue fazer o fato espanhol como eles. Nunca houve um português que arriscasse fazê-lo”, conta Manuel Marques.

Da Suíça, Alemanha, Bélgica e Inglaterra, o alfaiate recebe muitas solicitações para a execução do chamado fato curto. Jaqueta, calça de cós subido, chapéu à mazantino ou à portuguesa, camisa de bordados ingleses e colarinhos transformados, o fato curto é muito apreciado, não só por portugueses, mas também por estrangeiros. Num país com muita tradição em termos de cavalaria, “os nossos cavaleiros gostam de trajar à portuguesa. E este traje tem também uma grande influência sobre os estrangeiros”. Exemplo desta tradição é a Feira Nacional do Cavalo, na Golegã, que é uma verdadeira montra do trabalho realizado por Manuel Marques nesta área. “Se formos a verificar, a Golegã é uma passagem de modelos, tanto no que toca aos cavalos, como no que diz respeito ao vestuário. O cavalo e o cavaleiro têm de ir apurados, para ser bonito e para ter o seu encanto”.

Artes que se aliam a outras artes. À beleza do cavalo e graciosidade do cavaleiro junta-se o encanto das vestes em arena, em competições equestres ou em passeio. Manuel Marques fala de cada traje que executa como sendo mais um filho que ajudou a criar. Vive a vida dos toureiros como se fosse a sua, mas vai dizendo que nunca exerceria esta actividade, porque é muito arriscada. “É que um toureiro vai para uma praça, vai vivo e não sabe como sai de lá. É tanto assim que não conheço nenhum toureiro que não seja fortemente religioso. Mais religioso que qualquer outra pessoa”. Afirma que gosta de touradas, mas não se considera fanático. Gosta do espectáculo e gosta de ver a sua obra na arena.

Não sabe até quando vai exercer o ofício. A tesoura, as linhas, as agulhas, os tecidos, só os arruma quando estiver cansado. Mas ainda não pensa nisso.



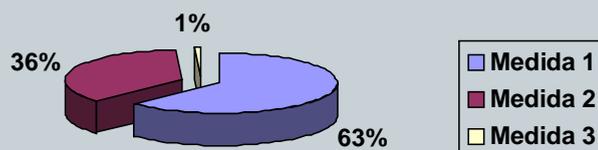
Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Taxa de execução ronda os 80% na Lezíria do Tejo

► O cumprimento do Contrato Programa celebrado entre a Associação de Municípios e o Ministério do Planeamento para o primeiro triénio do Quadro Comunitário de Apoio de 2000-2006 foi bastante positivo.

Ao longo deste período foram aprovados oitenta e quatro projectos referentes às medidas 1, 2, e 3 do Eixo 1 Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal no montante de 67.391.301,97 Euros de investimento elegível e 43.475.716,81 Euros de FEDER.

Com o volume de investimento aprovado, o Programa Estratégico e Operacional da Lezíria do Tejo 2000-2002 ficou esgotado em meados deste ano e actualmente a taxa de execução ronda os oitenta por cento. A natureza e a localização dos projectos apoiados (2000-2002) permite afirmar que a sua execução está a ter um impacto significativo na Lezíria do Tejo.

Medida/Sector	Investimento FEDER	%
Medida 1	27.423.596,87€	63,1
Acessibilidades Equipamentos Act. Económicas	15.025.648,48€	34,6
	8.974.066,27€	20,7
	3.423.882,12€	7,9
Medida 2	15.702.122,30€	36,1
Ambiente	8.193.035,95€	18,9
Reab. Urbana	7.509.086,35€	17,2
Medida 3	349.997,63€	0,8
Total	43.475.716,80€	100



Escola Primária no Concelho da Chamusca



Cine-Teatro de Benavente



Pavilhão Multiusos do Cartaxo



Piscinas Municipais de Alpiarça

► EQUIPAMENTOS SOCIAIS

No domínio dos equipamentos sociais, os principais impactos registaram-se no reforço do apetrechamento dos centros urbanos com novos equipamentos culturais, desportivos e turísticos e de lazer. Estes investimentos promoverão a afirmação das centralidades regionais, em particular das sedes de concelho, criando condições para se constituírem como alternativas mais competitivas para a localização de investimentos e oferecendo melhores condições para a fixação da população.

▶ ACESSIBILIDADES

Os projectos de acessibilidades visaram essencialmente a melhoria das condições de trânsito no acesso e no interior dos centros urbanos, a melhoria e o descongestionamento do tráfego em áreas de forte concentração de actividades e a beneficiação da rede viária secundária. Para além dos impactos sociais, decorrentes da melhoria da circulação e da qualidade ambiental nos centros urbanos, evidenciam-se impactos económicos e no emprego regional decorrentes de ganhos de eficiência gerados pela melhoria das condições de circulação e do reforço da atractividade do território.



Circular urbana do Cartaxo



Estrada de São Domingos Santarém



Acesso à zona desportiva de Alpiarça com ciclovia

▶ SANEAMENTO BÁSICO

O conjunto de projectos de saneamento básico corresponde a uma grande diversidade de situações, envolvendo construção, modernização, reforço de sistemas ou parte de sistemas.

Ao nível de abastecimento de água, o impacto dos projectos não se traduziu num acréscimo muito significativo dos níveis de atendimento, esperando-se pelo contrário uma forte contribuição para a melhoria qualitativa dos serviços prestados.

Relativamente à drenagem de águas residuais domésticas, de salientar o esforço desenvolvido pelos municípios, por forma a aumentar o índice de cobertura. Com os investimentos em curso e a realizar no novo Contrato Programa (2003-2006) espera-se na Lezíria do Tejo uma taxa de oitenta por cento. Trata-se de uma boa taxa de cobertura, pois estamos numa região com 4000 Km², que têm uma densidade populacional de 55 habitantes por Km² e onde dezanove por cento da população vive em aglomerados urbanos com menos de 300 habitantes.

▶ ACTIVIDADE ECONÓMICA

O conjunto de projectos abrangidos pelas infra-estruturas económicas consistiram fundamentalmente na infra-estruturação, requalificação e expansão de zonas vocacionadas para a localização de actividades económicas, nos centros urbanos locais. Tais projectos permitiram captar e enraizar investimentos industriais estruturantes.

Depósito de Foros de Salvaterra
ETAR de Salvaterra de Magos



Saneamento Básico
Golegã e Rio Maior



Parque de negócios
Quinta da Mafarra - Santarém
Infraestruturas de loteamento
industrial - Almeirim



▶ REABILITAÇÃO URBANA



Revitalização Urbana de
Ulme - Chamusca

Os projectos de reabilitação/renovação urbana tiveram impactos muito positivos no ambiente urbano e na qualidade de vida dos cidadãos, favorecendo em simultâneo a competitividade dos centros onde se localizam.



Valorização de espaços verdes em São Domingos - Santarém

Para o período de 2003-2006, com as verbas disponíveis pretende-se construir 4,18 Km de estradas, reabilitar mais 20 Km, infra-estruturar 90,5 hectares de área industrial, apoiar a construção de cinco equipamentos de utilização colectiva, realizar vinte intervenções para aumentar a taxa de cobertura de drenagem de águas residuais, e desenvolver seis acções de valorização e requalificação urbana.

Estes são os objectivos, mas dado a escassez de verbas pretende a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo obter um reforço de verbas para desenvolver outros projectos e acções que conduzam à melhoria da qualidade de vida da população. São eles os objectivos quantificados que pretendemos alcançar, contudo outros ficam por realizar se não houver um reforço de verbas.

AMLT APOSTA NA FORMAÇÃO

Uma das grandes apostas nos últimos dois anos da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo tem sido a formação dos funcionários e agentes da Administração Local. Foi, portanto, com satisfação que a AMLT viu, em 28 de Dezembro de 2001, aprovada uma candidatura à Medida 1.4 Formação para o Desenvolvimento (FSE), Eixo Prioritário I, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O Plano de Formação para 2002 beneficiou cerca de oitocentos funcionários das autarquias locais. Ao todo realizaram-se trinta e dois cursos, com uma duração total de 1624 horas, em áreas como a Informática, POCAL, Recursos Humanos e Legislação Administrativa e Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Destacamos a formação nas novas tecnologias de informação e na área do SIG, sendo uma formação de grande utilidade e complementar ao Projecto Ribatejo Digital.



Acção de Formação na AMLT

AMLT DIZ SIM À CCR DO ALENTEJO

A Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT) afirmou, em conferência de imprensa, estar de acordo com a transferência dos municípios da Lezíria para a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. O anúncio foi feito na sequência da proposta apresentada pelo Governo, para a reformulação da NUT II de Lisboa e Vale do Tejo e a criação de novas Áreas Metropolitanas e Comunidades Urbanas.

Segundo Sousa Gomes, Presidente do Conselho de Administração da AMLT, "estamos de espírito aberto para ultrapassarmos eventuais inconvenientes que hajam na adesão da nossa sub-região ao Alentejo".

No que diz respeito à possível perda da identidade cultural, económica e social da Lezíria do Tejo, a AMLT entende que o Alentejo tem características muito parecidas com a região da Lezíria, não tendo por isso nada a perder com esta aproximação.

O Presidente do Conselho de Administração da AMLT referiu ainda que "vamos continuar a trabalhar no sentido de criar uma Comunidade Urbana da Lezíria, que venha a receber competências da Administração Central".

Desde Outubro de 2001, altura do arranque do projecto, os 11 Espaços Internet da Lezíria do Tejo receberam mais de cem mil visitantes, com uma média de cerca de 10 mil utilizadores por mês, durante o ano de 2002. Recorde-se que o projecto é promovido pela Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, no âmbito do Programa Operacional da Sociedade de Informação (POSI), com a colaboração das Câmaras Municipais de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém. Nestes Espaços, cujo objectivo é promover o acesso mais facilitado à Internet, os utilizadores podem, gratuitamente, pesquisar informação on-line, elaborar trabalhos e participar nas inúmeras actividades anuais que estão programadas para cada Espaço.

Espaços Internet fazem certificação de Competências Básicas em Tecnologias da Informação

Dentro dessas actividades, já durante o mês de Dezembro arranca mais uma iniciativa da AMLT, com vista à concessão de Diplomas de Competências Básicas em Tecnologias da Informação. Este diploma insere-se numa estratégia de "alfabetização" da população, em termos de tecnologias da informação. Na prática, o Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação é obtido através de um exame realizado nos Espaços Internet, onde os utilizadores vão mostrar o que sabem em termos informáticos, como, por exemplo, escrever um texto em *word*, gravar, imprimir, fazer uma pesquisa na Internet ou criar uma conta de *e-mail*. A partir de Janeiro será também possível frequentar acções de formação nos Espaços Internet, preparatórias para o exame.

Outras actividades

Para além da concessão deste Diploma, os Espaços Internet da Lezíria do Tejo têm um vasto leque de iniciativas para iniciação ao uso do computador e Internet, onde têm participado utilizadores de todas as faixas etárias. Também os dias dedicados a uma temática específica, entre eles o Dia Mundial contra a Droga, são usados para a realização de actividades relacionadas com o tema em questão.

De forma a enriquecer cada Espaço, estão a ser adquiridos diversos equipamentos, com vista à realização de actividades como o *net-meeting* e a videoconferência. Brevemente, os utilizadores terão também acesso ao programa FRONTPAGE, para construção de páginas na Internet, ao PUBLISHER, programa para edição, e ao ACCESS, para a construção de bases de dados. Quem não souber trabalhar com estes programas terá a partir de Janeiro oportunidade de participar em ateliers para aprendizagem dos mesmos.

Os Espaços Internet poderão ser visitados de Segunda a Sábado, em horário alargado, das 9 às 20 Horas.

Espaços Internet na Lezíria do Tejo

Almeirim - Biblioteca Municipal

Alpiarça - Clube "Os Águias de Alpiarça"

Azambuja - Sala Vala Real

Benavente - Núcleo Agrícola (antigo matadouro)

Cartaxo - Parque Municipal Quinta das Pratas

Chamusca - Posto de Informação Juvenil

Coruche - Museu Municipal

Golegã - Museu Martins Correia

Rio Maior - Biblioteca Municipal

Salvaterra de Magos - Biblioteca Municipal

Santarém - Sala de Leitura Bernardo Santareno



Almeirim**Galeria Municipal**

10 a 26 de Janeiro | Exposição de Fotografia de São Silva Pedreiro, intitulada "Vagueando"

1 a 23 de Fevereiro | Exposição de Pintura de Firmino Pascoal

28 de Fevereiro a 27 de Março | Exposição de Pintura de António Catrola

Posto de Turismo

19 de Janeiro | Vinte Quilómetros de Almeirim

2 a 4 de Março | Corso Carnavalesco

Alpiarça

Piscinas Municipais - Fevereiro | *Masterclass* em hidroginástica (a confirmar)

4 de Março | Desfile Carnavalesco

8 de Março | Dia Internacional da Mulher - Café-Concerto

21 de Março | Dia Mundial da Árvore e da Água - Desfile e Acção de sensibilização da população estudantil

28 de Março | Dia Mundial da Juventude - Concerto para a Juventude

Benavente

Março | "Março Jovem" (Programa a definir. Consultar Agenda Cultural da Câmara Municipal)

Chamusca

19 a 23 de Março | Semana da Primavera

28 de Março, 4 e 11 de Abril | II Ciclo Internacional de Música

Coruche**Museu Municipal**

4 de Janeiro | Atelier de Pintura por Almerinda Pereira

8 de Janeiro | O Museu Convida - Ciclo de Conferências

14 de Janeiro | O Museu sem Idade - Visita guiada ao Museu Municipal pelo Centro de Dia do Couço

18 de Janeiro | Exposição de Pintura

22 de Janeiro | O Museu Convida

25 de Janeiro | Espectáculo Musical

5 de Fevereiro | O Museu Convida

8 de Fevereiro | Solo Pictórico com Carlos Barreto - Exposição de Telas e Concerto a Contrabaixo)

15 de Fevereiro | Exposição de Pintura

19 de Fevereiro | O Museu Convida

22 de Fevereiro | O Museu sem Idade - Visita guiada ao Museu Municipal, pelo Centro de Dia do Biscaíno

26 de Fevereiro | Workshop, "Construção do Astrolábio"

12 de Março | O Museu Convida (palestras para a Escola Secundária)

22 de Março | Inauguração de Exposição Bio-Bibliográfica de Américo Durão

26 de Março | O Museu Convida

Pavilhão Municipal de Exposições - 30 de Janeiro a 2 de Fevereiro | AVIFLORA Avicultura e Columbicultura

28 de Fevereiro | Desfile de Carnaval e Apoio nas Juntas de Freguesia

1 a 30 de Março | Festival de Teatro de Coruche

29 de Março | Feira Quinhentista Foral Manuelino

Salvaterra de Magos**Celeiro da Vala Espaço Cultural**

Fevereiro | Exposição sobre a Arqueologia no Concelho de Salvaterra de Magos "O Complexo Mesolítico de Muge"

Março | Mês da Enguia - Restaurantes do Concelho

15 de Março | Passeio Todo-o-Terreno

23 de Março | "12 Km de Salvaterra de Magos" - Prova de Atletismo

Santarém**Posto de Turismo**

24 de Janeiro a 23 de Fevereiro | Exposição de Fotografia "Santarém na sua Objectiva" (resultado da 1ª Maratona Fotográfica).

Casa do Brasil

17 de Janeiro a 2 de Fevereiro | Exposição de Pintura de Mário Alberto, em Homenagem a Mário Viegas

31 de Janeiro a 2 de Março | Exposição de Escultura "Devoções", de Glória Ferreira